

VIII

Seminário Internacional

políticas culturais

23 a 26 de maio de 2017 - Rio de Janeiro

Anais

Organizadores

Lia Calabre

Maurício Siqueira

Marcelo Viana

Deborah Rebello Lima

Seminário Internacional Políticas Culturais (8. : 2017 : Rio de Janeiro, RJ)

Anais do VIII Seminário Internacional de Políticas Culturais, 23 a 26 de maio de 2017, Rio de Janeiro / Organizadores, Lia Calabre... [et al.] – Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa, 2017.

1 ebook (1.224 p.).

Modo de acesso: World WideWeb: <URL>

ISBN 978-85-7004-356-6

1. Política cultural. I. Calabre, Lia, org. II. Siqueira, Mauricio, org. III. Viana, Marcelo, org. IV. Lima, Deborah Rebello, org. V. Fundação Casa de Rui Barbosa. VI. Título.

CDD 306



Anais do VIII Seminário Internacional de Políticas Culturais

Organizadores

Lia Calabre

Maurício Siqueira

Marcelo Viana

Deborah Rebello Lima

Rio de Janeiro
2017

Fundação  Casa de Rui Barbosa

PONTOS DE CULTURA “SEM FRONTEIRAS”: EPISTEMOLOGIA DE FRONTEIRA E O INTERNACIONALISMO DA CULTURA VIVA COMUNITÁRIA NA AMÉRICA LATINA E CARIBE.

José Maria Reis e Souza Junior (zehma) ¹

RESUMO: A complexidade dos movimentos e mobilizações coletivas da atualidade tem demandado das ciências sociais e aplicadas novas formas de análise e compreensão dessas realidades, e a concepção de Epistemologia de Fronteira, têm se apresentado como uma alternativa viável de análise sociológica, recomposição e organização da vida social na contemporaneidade. Os Pontos de Cultura e a Rede Cultura Viva são um desses movimentos socioculturais da contemporaneidade que demandam uma abordagem capaz de apreender a complexidade de suas relações sociais e trocas simbólicas. Assim, objetivamos “localizar” a Política Nacional de Cultura Viva na Política Nacional de Cultura, bem como discutir o caráter e as práticas internacionalistas dos Pontos de Cultura do Brasil, caracterizando-os na perspectiva do “*Border Thinking*” (epistemologia ou pensamento de fronteira).

PALAVRAS-CHAVE: Pontos de Cultura, Rede Cultura Viva, Epistemologia de Fronteira, Relações Sociais, complexidade.

¹ Bacharel em Turismo (UFPA), Mestre em Geografia (PPGEO/IFCH/UFPA) e Doutorando em Desenvolvimento Socioambiental (PPGDSTU/NAEA/UFPA). Bolsista CNPq. Professor colaborador do Curso de Formação de Especialistas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas (FIPAM/NAEA/UFPA). Docente e Consultor em Planejamento e Gestão Pública. Membro da Comissão Nacional de Pontos de Cultura – CNPdC. zehma@hotmail.com



1 – INTRODUÇÃO

O programa Cultura Viva e, sua principal ação, os Pontos de Cultura, são uma política pública recente de nossa história. Foram criados em 2004 pelo Ministério da Cultura do Brasil, por meio da então Secretaria de Programas e Projetos Culturais – SPPC (atual Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural – SCDC), sob a coordenação do ex-secretário Célio Turino, que aprimorou e expandiu para uma escala nacional uma experiência que desenvolveu quando Secretário de Cultura e Lazer de Campinas; os Casarões Culturais.

Sua filosofia era de dar condições a grupos e movimentos socioculturais já existentes, com ações concretas e em curso, para que continuassem seu trabalho com autonomia, protagonismo e envolvimento social em suas localidades. É uma forma de “tocar”, “impulsionar” ações socioculturais e socioeducativas, incentivando-as a prosseguirem com suas atividades, sem interferir em sua forma e conteúdo, algo inspirado pelo chamado Do-In Antropológico do então Ministro da Cultura Gilberto Gil. Com isso se inaugura uma nova forma de fazer política pública cultural no Brasil, uma natureza nova na relação Estado-Sociedade.

Hoje temos aproximadamente 3.500 Pontos, Pontinhos e Pontões de Cultura no país, sob as mais diversas formas e linguagens artísticas e áreas temáticas, desde pontos de cultura digital a pontos de cultura indígenas e quilombolas, de pontos de cultura de paz a pontos de cultura de saúde, de economia solidaria e em entidades ambientalistas, temos pontões de cultura que articulam rede de jovens na Amazônia e ações como a Ação Griô Nacional que fomenta a preservação e valorização dos conhecimentos ancestrais e tradicionais de nosso mestres e mestras de cultura.

Tornou-se obvio a necessidade de permanência desta política pública, tornando-a uma lei que garantisse recursos financeiros no Orçamento Geral da União – OGU, mas que também, criasse um novo Marco Legal para institucionalizar essa nova forma de relação entre Estado e Sociedade Civil Organizada. Essa é a lei Cultura Viva (lei n. 13.018/2014), sancionada em 22 de julho de 2014, que institui a Política Nacional de Cultura Viva; uma reivindicação histórica do movimento nacional de Pontos de Cultura.

Dessa forma, Ponto de Cultura é uma potência de transformação social promovida por instituições e pessoas, que colocam a cultura no centro de suas atenções, é uma ação cultural para mudar a realidade de suas localidades, que já existiam, quando o governo federal criou o Programa Cultura Viva (SOUZA JUNIOR, 2016).

Contudo, não demorou para se perceber o caráter internacionalista de tais práticas e ideais criativos, identitários e solidários. Assim, a filosofia de “Cultura Viva e Comunitária” se espalhou pelo mundo, por meio de eventos internacionais, do intercâmbio de práticas socioeducativas e socioculturais realizadas por Pontos e Pontões de Cultura com outras instituições e coletivos culturais fora do Brasil, assim como, por acordos e tratados de cooperação internacional multilateral.

Assim, o presente artigo busca apresentar e discutir o caráter e as práticas internacionalistas dos Pontos de Cultura do Brasil, caracterizando-os na perspectiva do “*Border Thinking*” (epistemologia ou pensamento de fronteira), conceito preconizado por Grosfoguel (2008) e Mignolo (2000).

Para tanto, iniciamos situando a Política Nacional Cultura Viva na Política Nacional de Cultura, abordando-a criticamente, contextualizando-a e demarcando seu papel e espaço nessa política, isso é importante para que se compreenda o contexto sociopolítico e sociocultural em que surge; para em seguida fazermos a discussão sobre o caráter internacionalista da Política Cultura Viva e seus Pontos de Cultura.



2 – O PROGRAMA CULTURA VIVA NO ÂMBITO DA POLÍTICA NACIONAL DE CULTURA.

O Brasil tem uma historiografia muito rica e heterogênea sobre políticas públicas setoriais de cultura. A partir de Rubim (2010), Miranda; Rocha; Egler (2014) e Silva; Abreu (2011) podemos demonstrar, sucintamente, a gênese e a trajetória da política cultural no Brasil, com os seguintes períodos:

1) Da chegada da corte portuguesa em 1888 ao início da década de 1960: visão bastante patrimonialista de cultura, quando se criou as primeiras instituições culturais do país, quase todas de orientação museológica, tais como a Biblioteca Nacional e o Museu Nacional de Belas-Artes. Posteriormente, com o transcorrer da Revolução de 30, o ideário de cultura pregado pelo estado brasileiro de Vargas era para a construção de uma identidade nacional;

2) Do golpe militar em 1964 à abertura política em 1990: período marcado pelo sentido de controle político e censura cultural, toda produção artístico-cultural passava pelos instrumentos de censura antes de serem veiculadas. O patrulhamento ideológico era forte. Em 1985 é criado o Ministério da Cultura, mas sem dúvida o referencial desse período é a promulgação da Constituição Brasileira em 1988;

3) De 1990 a 2002 com os projetos neoliberais para a cultura: a partir dos anos de 1990 acirram-se no Brasil as políticas neoliberais e com a cultura não seria diferente. O papel do Estado diminui e implementam-se incentivos fiscais com intuito de promover um financiamento privado da cultura e arte;

4) De 2003 a 2010 com a construção e estruturação do Sistema Nacional de Cultura – SNC: o início do governo Lula marca uma abertura de diálogo com sociedade e a admissão de um conceito antropológico, econômico e simbólico de cultura. Construção do Sistema Nacional de Cultura – SNC. O programa Cultura Viva foi criado nesse período. Marcos são as gestões dos Ministros Gilberto Gil (2003 – 2008) e Juca Ferreira (2008-2010) à frente do MinC.

A história da política cultural brasileira complementa-se a partir de 2011, com a eleição da Presidente Dilma Rousseff, que é tido como um período de continuidade, avanços e contradições (BARBALHO, 2014), e por também ser um período recente, ainda carece de estudos mais aprofundados.

É um período estratégico e relevante por ser o momento de efetivação do Sistema Nacional de Cultura – SNC por meio da aprovação no Congresso Nacional da Emenda Constitucional n° 71/2012².

A constituição Federal passa a vigorar acrescida do artigo 216 – A, que define

O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais. (E.C. n. 17/2012).

A nosso ver, além de combater os “descontinuismos” tão comum às políticas públicas brasileiras, figuram-se como desafios do SNC a institucionalidade da participação e controle social na construção da política cultural do país, ou seja, garantir os espaços e mecanismos de participação democrática da sociedade em seu processo de estruturação e implementação, e também promover o que chamamos de uma “justiça regional” na distribuição e investimentos de recursos para a cultura; com o SNC é possível corrigir uma desigualdade regional no acesso a recursos orçamentários que, historicamente, concentrou-

2 Originária do PEC n. 416/2005 de autoria do Deputado Federal Paulo Pimenta (RS-PT). No Senado passou a ser o PEC n. 34/2012.



se nas regiões Sudeste e Sul; com a efetiva e completa implementação do SNC esta distribuição pode torna-se mais equitativa. A propósito, a evolução da implantação do SNC no Brasil tem sido progressiva e gradual, como se pode observar nos dados a seguir:

Quadro de Integração de Estados e Municípios ao SNC, por região, via assinatura de Acordo de Cooperação Federativa até novembro de 2012 (11/2012).

Região	Acordos com Estados e DF.	%	Qtd. de Município, por região.	Acordos com Município, por região.	%
Centro Oeste	4	100,0%	467	144	30,9%
Norte	6	85,7%	449	131	29,2%
Nordeste	8	88,9%	1794	431	24,0%
Sudeste	2	50,0%	1668	342	20,5%
Sul	3	100,0%	1188	317	26,7%
Total Brasil	23	85,2%	5566	1365	24,5%

Fonte: Adaptado de SAI/MinC (2012).

Quadro de Integração de Estados e Municípios ao SNC, por região, via assinatura de Acordo de Cooperação Federativa até setembro de 2015 (09/2015).

Região	Acordos com Estados e DF.	%	Qtd. de Município, por região.	Acordos com Município, por região.	%
Centro Oeste	4	100,0%	467	172	36,8%
Norte	7	100,0%	450	174	38,7%
Nordeste	9	100,0%	1794	724	40,4%
Sudeste	4	100,0%	1668	516	30,9%
Sul	3	100,0%	1191	491	41,2%
Total Brasil	27	100,0%	5570	2077	41,2%

Fonte: Adaptado de www.cultura.com.br/snc

Observando os dados apresentados, vemos que houve crescimento de municípios e estados (de 24,5% dos municípios para 37,3%, e de 85,2% dos estados para 100%) que aderiram ao SNC por meio da Assinatura do Acordo de Cooperação Federativa, considerando-se o período 2012-2015. Evoluímos de 1365 municípios integrantes ao SNC em 2012, para 2077 municípios integrados ao sistema em 2015.

O Programa Cultura Viva³ e os Pontos de Cultura surgem em 2004 nesse contexto de expansão e usufruto dos direitos culturais assegurados pela “Constituição Cultural” (FILHO, 2011), e implementados por este MinC, por meio de uma Política Nacional de Cultura, que tem como missão garantir a todos os cidadãos brasileiros o pleno exercício dos direitos culturais.

3 O Programa Cultura Viva foi criado pela Portaria 156, de 6 julho de 2004, publicado no Diário Oficial da União – DOU de 7 de julho de 2004.



Segundo a Portaria nº 118 de 30 de dezembro de 2013 do Ministério da Cultura, o Programa Cultura Viva – PCV insere-se no Sistema Nacional de Cultura definindo que “As Redes de Pontos e Pontões de Cultura integrarão a Rede Cultura Viva, sendo reconhecidas no âmbito do Sistema Nacional de Cultura - SNC - como unidades culturais de base comunitária, voltadas ao desenvolvimento de políticas públicas regionais ou setoriais de cultura.”. Dessa forma, os Pontos e Pontões de Cultura, e todas as demais ações do Programa Cultura Viva, são reconhecidos como a política de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura – SNC.

Política esta que tem seu próprio “microcosmo político” compostos de alguns elementos fundamentais tais como os Pontos e Pontões de Cultura (ações fundamentais e prioritárias do PCV), os Pontos de Rede (parcerias estabelecidas entre o governo federal e os entes federados, estados, municípios, ou consórcios para o estabelecimento de redes territoriais, por meio da assinatura de protocolos. Parceria prevista a partir da adesão do(s) ente(s) federado(s) ao SNC), as Redes Temáticas e Identitárias (formadas por Pontos e Pontões de Cultura, Grupos, Coletivos, instituições e outros agrupamentos que se articulam para atuar em um segmento ou tema específico. Exemplos: Rede de Pontos de Cultura Indígena, Rede de Cultura e Saúde, Brasil Memória em Rede, Rede Afroambiental, e etc.), e as Teias (encontros dos Pontos e Pontões de Cultura e das comunidades participantes para promover uma mostra ampla e diversificada da produção cultural dos Pontos, debater a cultura brasileira e suas expressões territoriais e identitárias, propor estratégias de políticas públicas culturais e analisar e avaliar o programa).

Para além de um possível conceito acadêmico sobre a “Teia”, ela é muito mais do que uma conferência política ou uma mostra artístico-cultural, é um processo vivido⁴, associativo, e construído compartilhadamente; a Teia não é feita, é reconstruída a cada momento em que é realizada. O processo (re) inicia no território, no local, os Pontos e Pontões de Cultura iniciam o debate sobre a política cultural geral, e especificamente, o PCV; tiram estratégias e definições, realizam uma Teia Estadual e/ou Regional e elegem delegados à Teia Nacional.

Em meio a isso, o processo de produção política, artística e cultural dos Pontos também é realizada colaborativamente. Amostras artísticas das mais variadas linguagens, painéis, vivências, rodas de conversas, oficinas e seminários são planejados, organizados e executamos conjuntamente entre os Pontos e Pontões de Cultura e o Ministério da Cultura, e são agregados à programação.

É na Teia que se realiza o Fórum Nacional de Pontos de Cultura – FNPdC, instância maior e soberana de debate, definição de estratégias e deliberação política do movimento nacional de Pontos de Cultura; e elege-se a Comissão Nacional de Pontos de Cultura – CNPdC, colegiado autônomo, de caráter representativo de Pontos e Pontões de Cultura, instituído por iniciativa destes, e composta por representantes eleitos no FNPdC. A CNPdC é a responsável pela realização e coordenadora do FNPdC.

3 – O CARÁTER INTERNACIONALISTA E DE RESISTÊNCIA DA CULTURA VIVA E COMUNITÁRIA.

O Programa Nacional de Promoção da Cidadania e da Diversidade Cultural – Cultura Viva foi criado com o intuito de valorizar o protagonismo sociocultural e fomentar as manifestações culturais de

4 As Teias realizadas até o momento foram: Teia 2006 “Venha Se Ver e Ser Visto”, São Paulo (SP); Teia 2007 “Tudo de Todos”, Belo Horizonte (MG); Teia 2008 “Iguais na Diferença”, Brasília (DF); Teia 2010 “Tambores Digitais”, Fortaleza (CE), e Teia 2014: “TEIA Nacional da Diversidade”, Natal (RN). Tivemos a oportunidade de poder participar das 3 últimas Teias como delegado ao FNPdC, e posteriormente, como membro da CNPdC representando o Fórum Paraense de Pontos de Cultura.



grupos e comunidades, permitindo também, por meio do acesso as ferramentas, técnicas e tecnologias sociais e digitais, sua difusão e fluência cultural.

O Programa Cultura Viva, assim foi conceituado, na sua criação pelo Ministério da Cultura, quando ainda se chamava Programa de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva⁵

O Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva, do Ministério da Cultura (MinC), tem por objetivo incentivar, preservar e promover a diversidade cultural brasileira ao contemplar iniciativas culturais locais e populares que envolvam comunidades em atividades de arte, cultura, educação, cidadania e economia solidária. Com isso a missão de “ ‘des-esconder’ o Brasil, reconhecer e reverenciar a cultura viva de seu povo”, em 2004, a então Secretaria de Programas e Projetos Culturais (atualmente de Secretaria de Cidadania Cultural) do MinC iniciou a implantação dos pontos de cultura, que são a expressão de uma parceria firmada entre Estado e sociedade civil. Por meio de edital público, os pontos recebem recursos do governo federal para, assim, terem condições de potencializar seus trabalhos, seja na contratação de profissionais para cursos e oficinas, produção de espetáculos e eventos culturais, entre outros. Além dos pontos de cultura, o programa Cultura Viva é integrado por um conjunto de ações: Cultura Digital, Griô, Escola Viva e, mais recentemente, Cultura e Saúde. (IPEA, 2010. pags.39-40)

Partindo do conceito básico apresentado a cima, depreendem-se sentidos como de integração, conexão, diversidade, identidade, compartilhamento; que a nosso ver aludem (mesmo que naquele momento, ainda sutilmente) à concepção de redes.

Sobre as concepções de redes, o geógrafo Milton Santos exprime

As definições e conceituações se multiplicam, mas pode-se admitir que se enquadram em duas grandes matrizes: a que apenas considera o seu aspecto, a sua realidade material, e uma outra onde é também levado em conta o dado social (SANTOS, 2006, p. 176).

Atualmente a Rede Cultura Viva⁶ é uma realidade, e consiste em um ambiente de interlocução interinstitucional e de estratégia política protagonizado pelos Pontos e Pontões de Cultura, pelo MinC, por gestores públicos dos entes federados, e por todas as instituições, entidades, grupos formais e informais e agentes culturais que são beneficiários desta política pública.

E foi este sentido de rede (hoje explícito, mas no início nem tanto) que fez com que o ideário de Cultura Viva e Comunitária e seus Pontos de Cultura se espalhassem pelo mundo.

A primeira iniciativa de discutir o caráter de solidariedade internacional dos Pontos de Cultura (não por coincidência) se deu em Belém do Pará, no âmbito do Fórum Social Mundial Amazônia 2009 – FSM AMAZÔNIA 2009. Neste reconhecido ambiente de debate e construção política emancipatórias, dezenas de atividades foram realizadas por ou em parceria com Pontos e Pontões de Cultura e o Ministério da Cultura.

Mas uma mesa de debates em específico foi determinante para que internacionalismo solidário dos Pontos de Cultura fosse colocado em voga. Foi realizada na Universidade Federal do Pará, com o tema “Pontos de Cultura: Políticas Públicas e Cidadania Cultural”, e fizeram parte Célio Turino (Ministério

5 A portaria n. 118, de dezembro de 2013 do MinC reformula o programa Cultura Viva que dentre outras alterações, a partir de então, denomina-se Programa Nacional de Promoção da Cidadania e da Diversidade Cultural – Cultura Viva.

6 No dia 01/09/2015 acompanhamos o debate virtual que a Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura – SCDC/MinC promoveu para apresentar e discutir a proposta de plataforma digital para a Rede Cultura Viva, conforme anunciado em www.cultura.gov.br. A Rede Cultura Viva foi lançada oficialmente em 5/10/2015, em evento em Brasília, conforme convite que recebemos, e que infelizmente não pudemos participar por questões de agenda.



da Cultura – Brasil), Hamilton Faria (Instituto Polis – Brasil), Ines Sanguinetti (*Crear Vale la Pena* – Argentina) e Eduardo Balan (*El Culebrón Timbal/ Red Pueblo Hace Cultura* - Argentina).

Também se realizou em novembro de 2009, em Pirópolis (GO), o Seminário Internacional do Programa Cultura Viva – Novos Mapas Conceituais. Neste seminário seus participantes, convidados e palestrantes debruçaram-se sobre as práticas dos Pontos de Cultura com o objetivo de apresentar, sistematizar e compreender essas experiências sociais, a partir do aprofundamento da discussão de seus conceitos e diretrizes estruturantes, com uma metodologia que permitisse o livre trânsito de conhecimentos e saberes, tácitos e científicos, que nos revelou um campo semântico amplo e polissêmico, de múltiplas cosmovisões sobre os Pontos de Cultura.

Ainda neste ano (2009), foi criada em Brasília a Articulação Latino-americana Cultura e Política – ALACP que dentre outras articulações encaminhou e aprovou no *Parlamento del Mercosul – PARLASUL* um projeto de lei recomendando a seus países signatários a criação de programas e políticas de Cultura Viva e Comunitária em seus territórios. Assim, países como Peru, Costa Rica e Guatemala, e cidades como Buenos Aires (Argentina) e Medellin (Colômbia) criaram suas próprias políticas de Cultura Viva e Comunitária e seus “*Puntos del Cultura*”.

A propósito, nessa última cidade, Medellin, aconteceu em 2010 a “Plataforma Puente de Cultura Viva e Comunitária”, encontro que reuniu representantes de mais de 100 entidades socioculturais e comunitárias para discutir e construir estratégias compartilhadas de expansão dessa filosofia pela América Latina, sendo esta a primeira iniciativa organizada pelos movimentos socioculturais com este objetivo.

Porém anterior a isso, em março de 2010 acontece em Fortaleza (CE), a Teia Brasil 2010 – Tambores Digitais, que já contou com a participação de diversos estrangeiros como convidados. Na reunião do GT AMAZONICO, por exemplo, discutiu-se pela primeira vez (com a participação de brasileiros, colombianos, bolivianos, etc), estratégias de ações integradas entre Pontos de Cultura e movimentos socioculturais da pan-amazônia. Mas a Teia Brasil 2010 em si, já foi um ambiente rico e frutífero de intercambio intercultural entre pessoas de muitas nacionalidades.

Nesta Teia foi lançado o “Pontos de Contato”, ação do MinC que promoveu o intercambio sociocultural e estético entre membros de Pontos de Cultura do Brasil e artistas e produtores culturais de países da Europa. Ponteiros e ponteiras iam daqui para uma organização cultural de um país do exterior fazer residência artística e social, enquanto pessoas vinham de lá, para Pontos de Cultura do Brasil. Ambos os residentes participavam de vivências estéticas e sociais, conhecendo a realidade do local que as acolheu, e contanto e demonstrando um pouco do trabalho de sua organização. Experiência rica que participamos e que precisa ser resgatada.

Depois desse período diversas iniciativas e articulações foram implementadas, assim optamos em destacar o I Congresso Latino-Americano de Cultura Viva Comunitária, por sua relevância nesse contexto. Este teve como objetivo fortalecer, de forma política e institucional esta política pública, bem como consolidar a articulação latino-americana em torno do ideário da Cultura Viva Comunitária. Foram centenas de participantes credenciados a partir de coletivos e redes socioculturais de diversas linguagens e áreas temáticas, além de caravanas, gestores públicos, e também chefes de Estado e secretários de cultura. Participaram de conferências, rodas de debates, feiras, oficinas, intercâmbios, e cortejos e mobilizações de rua que aglutinaram cerca de 10 mil pessoas.

Foram 6 dias de debate e articulação política na capital da Bolívia, La Paz, que dentre diversos



encaminhamentos criou o Conselho Latino-Americano Cultura Viva Comunitária, com integrantes da Argentina, Costa Rica, Guatemala, Peru, Bolívia, Equador, Chile, Uruguai, Colômbia, El Salvador e Brasil.

Este tem por finalidade sensibilizar os gestores públicos em seus países para a importância da cultura viva e comunitária, sua força transformadora, assim como pensar e implementar estratégias compartilhadas de difusão pela América Latina. Outro encaminhamento foi o lançamento da campanha 1% da Cultura! que visa sensibilizar os governos e políticos a destinarem um 1% de seus orçamentos para a cultura, e 0,1% especificamente para a Cultura Viva Comunitária. Estivemos presentes representando, junto a uma delegação, os Pontos de Cultura do Brasil e a Comissão Nacional de Pontos de Cultura – CNPDC.

E mais recentemente em 2015, em San Salvador, capital de El Salvador, aconteceu o II Congresso Latino-americano de Cultura Viva Comunitária com o tema “Convivência para o Bem Comum”. Teve dentre suas finalidades, avançar no cumprimento dos acordos multisetoriais estabelecidos no I Congresso e no programa IberCultura Viva⁷, assim como fortalecer os processos de Cultura Viva Comunitária na América latina e Caribe, buscando conscientizar os gestores públicos e governantes para políticas públicas que difundam este ideário por todo continente.

Esse percurso demonstra um movimento sociocultural em plena propulsão (ou em “pulsção”, como disse Gilberto Gil, então Ministro da Cultura quando da criação do programa) que, percebe-se, encontram semelhanças com outros movimentos decoloniais, anti-imperialistas e contra ao eurocentrismo (GROSFOGUEL, 2008; MIGNOLO, 2000; e QUIRANO, 2014) ao redor do mundo.

Movimentos de oposição ao que Grosfoguel (2008) chamou de “sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno” como um constructo sistêmico que extrapola ao entendimento dos estudos pós-coloniais que conceitualiza o sistema capitalista como formado essencialmente pela cultura, ou como os estudos de economia política que o reduz as relações econômicas como sendo seu determinante.

Um sistema mais complexo que impõe hierarquias de classe, sexuais, de gênero, espirituais, lingüísticas, geográficas e raciais, ou como Quirano (2014) conceituou, uma “heterarquia”, uma amálgama de múltiplas e heterogêneas hierarquias globais de dominação e poder político, econômico, sexual, espiritual, lingüístico, racial e epistêmico. O que Grosfoguel (2008) chamou de “matriz de poder colonial”, um princípio organizador que envolve o exercício da exploração e da dominação em múltiplas dimensões da vida social, desde a política, econômica e institucional, às relações de gênero, raça, familiares e de conhecimento. O paradigma marxista de infra-estrutura e superestrutura, somente, não mais dão conta da realidade, assim como, os estudos pós-coloniais culturalistas, individualmente, não explicam a realidade contemporânea.

A essa superação ao reducionismo e a quebra dos paradigmas da modernidade (ou da pós-modernidade, como queiram), que compartimenta as formas de compressão, conhecimento e produção da vida real, que instaura uma “colonização do poder”, Dussel (2001) apud Grosfoguel (2008) conceitua

7 O IberCultura Viva é uma iniciativa intergovernamental que visa incentivar a criação e o desenvolvimento de redes de cultura viva e comunitária na região ibero-americana. Os países participantes são: Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, El Salvador, Espanha, México, Paraguai, Peru e Uruguai. Dentre suas ações estratégicas estão fomento a rede ibero-americana de Pontos de Cultura, a capacitação de gestores públicos para atuarem com políticas culturais de base comunitária; o incentivo a criação de legislações e políticas, especificamente, de cultura viva comunitária nos países membros, e à circulação de bens e conteúdos culturais. Foi lançado em abril de 2014, durante o VI Congresso Ibero-americano de Cultura, em San José, na Costa Rica, e já em 2015 premiou, por meio do edital “IberCultura Viva de Intercâmbio” as primeiras 14 experiências.



como Transmodernidade. A Transmodernidade “é o projeto utópico da filosofia da Libertação, proposto para transcender a versão eurocêntrica da modernidade” (GROSFOGUEL, 2008.pg. 25).

Para Dussel, a filosofia da libertação só pode surgir se os pensadores críticos de cada cultura entrarem em diálogo com outras culturas. Uma das ilações é que as diferentes formas de democracia, os direitos civis e a emancipação das mulheres só podem surgir das respostas criativas de epistemologias locais subalternas. Assim, e por exemplo, as mulheres ocidentais não podem impor a sua noção de emancipação às mulheres islâmicas. Os homens ocidentais não podem impor a sua noção de democracia a povos não-ocidentais. Isto não é um apelo a uma solução fundamentalista ou nacionalista para a persistência da colonialidade ou para um particularismo de incidência local e isolada. É um apelo ao pensamento crítico de fronteira, como estratégia ou mecanismo conducente a um “mundo transmoderno” decolonizado enquanto projecto universal que nos leve além do eurocentrismo e do fundamentalismo.(GROSFOGUEL, 2008.pg. 26, tradução nossa).

Importante frisar que o sentido que Dussel dá a “subalterno” não é pejorativo, e sim para especificar aqueles que estão à margem do sistema-mundo/capitalista/eurocêntrico, mas que, contudo, estão na resistência ao poder colonial e imperialista, estão no front de combate à pasteurização da vida real imposta pela modernidade. São comunidades chicanas na fronteira do México com Estados Unidos que lutam contra o assédio do tráfico de drogas, armas e pessoas, são jovens que se organizam em associações e redes de economia solidária na periferia de São Paulo, são as mulheres curdas, que combatem a opressão ditatorial, são populações tradicionais de terreiro na periferia de Belém do Pará, que constantemente, precisam fazer frente ao racismo, à intolerância religiosa, à homofobia e ao machismo, tudo ao mesmo tempo, e são comunidades indígenas nos Andes bolivianos, que se organizam e promovem autogestão.

Um bom exemplo disto mesmo é a luta zapatista no México. Os zapatistas não são fundamentalistas antimodernos, não rejeitam a democracia nem se remetem a uma espécie de fundamentalismo indígena. Pelo contrário, os zapatistas aceitam a noção de democracia, mas redefinem-na partindo da prática e da cosmologia indígena local, conceptualizando-a de acordo com a máxima “comandar obedecendo” ou “todos diferentes, todos iguais”. O que parece ser um slogan paradoxal é, na verdade, uma redefinição crítica decolonial da democracia, recorrendo às práticas, cosmologias e epistemologias do subalterno. Isto leva-nos à questão de como transcender o monólogo imperial estabelecido pela modernidade europeia-eurocêntrica. (GROSFOGUEL, 2008.pg. 29, tradução nossa).

Trata-se, assim, de decolonizar o modelo de pensamento e democracia liberal euro-americana vigente, de experimentar formas novas de participação e ação civil pública, muitas das vezes, baseadas ou influenciadas em experiências de democracia e cosmovisões indígenas, africanas, e/ou islâmicas, com centenas (algumas, milhares) de anos de tradição, que ao longo do curso do projeto colonizador, foram simplesmente, ignorados.

4 – PONTOS DE CULTURA “SEM FRONTEIRAS” E O IDEÁRIO DE CULTURA VIVA COMUNITÁRIA.

Diante do exposto, percebe-se que os Pontos e Pontões de Cultura e seu ideário de Cultura Viva Comunitária, em um movimento pleno de internacionalização de suas práticas e filosofia, tem muito a ver com esses movimentos e mobilizações coletivas da contemporaneidade, que fogem às formas convencionais de articulação e organização política, que fundamentam suas trocas materiais e simbólicas em base solidárias, associativas e anti-imperialistas.



São Pontos e Pontões de Cultura que fazem oficinas de audiovisual em tribos indígenas do Cerrado, ensinando e aprendendo a editar vídeos a partir de uma estética e visão de mundo indígena, que trocam saberes de *harckers* da cultura digital com mestres carpinteiros da Amazônia, guardiões de uma cultura milenar de talhar embarcações, que promovem palestras de parteiras para alunos de medicina e obstetrícia no Sul do país, que realizam batalhas de b-boys na periferia de São de Paulo, e que fazem teatro de rua no centro do Rio e Janeiro.

Essas são formas de incidência e atuação sociocultural, socioeducativa e sociopolítica com fortes características transformadoras, emancipatórias e decoloniais, que guardam similitudes com o conceito de pensamento ou epistemologia de fronteira preconizado pelo sociólogo porto-riquenho Ramon Grosfoguel, que por sua vez, inspirou-se em outros pensadores latinos como o argentino Walter Mignolo, e os chicanos Gloria Anzaldúa e José David Saldívar.

O pensamento crítico de fronteira é a resposta epistémica do subalterno ao projecto eurocêntrico da modernidade. Ao invés de rejeitarem a modernidade para se recolherem num absolutismo fundamentalista, as epistemologias de fronteira subsumem/redefinem a retórica emancipatória da modernidade a partir das cosmologias e epistemologias do subalterno, localizadas no lado oprimido e explorado da diferença colonial, rumo a uma luta de libertação decolonial em prol de um mundo capaz de superar a modernidade eurocentrada. Aquilo que o pensamento de fronteira produz é uma redefinição/subsunção da cidadania e da democracia, dos direitos humanos, da humanidade e das relações econômicas para lá das definições impostas pela modernidade europeia. O pensamento de fronteira não é um fundamentalismo antimoderno. É uma resposta transmoderna decolonial do subalterno perante a modernidade eurocêntrica. (GROSFOGUEL, 2008.pg. 29, tradução nossa).

Tal conceito aponta (sem trocadilhos) para uma razão pós-ocidental, para a crise do ocidentalismo e à eminente emergência do pensamento crítico de fronteira (MIGNOLO, 2000)

A mesma razão pós-ocidental que percebemos em movimentos e coletivos que se organizam em redes solidárias, associativas e anti-imperialista vistos em todo o mundo, e inspirados na chamada “Primavera árabe”. Vistos na Europa (Espanha, Itália, França, Grécia, Portugal, etc.), no oriente médio e no norte da África (Turquia, Tunísia, Egito, Argélia, Iraque, Djibuti, Mauritânia, Marrocos) na Arábia Saudita, Sudão e Saara Ocidental, em países do Golfo Pérsico (Omã, Iémen, Bahrein e Kuwait), e nas Américas (Estados Unidos, Canadá, México, Argentina, Uruguai e Brasil) lutando e protestando, nas ruas e nas redes, contra governos autoritários, ditatoriais e/ou corruptos, por mais direitos e cidadania e contra os efeitos coercitivos e restritivos de qualidade de vida das políticas neoliberais. (BIJOS; SILVA, 2013).

Dessa forma Pontos de Cultura “sem Fronteiras” (assim, entre aspas), a nosso ver, são o reflexo dos sentidos de autonomia, protagonismo e empoderamento social que estão na essência de seus conceitos e práticas, essência esta que intenta projetos de solidariedade, generosidade, afeto, sabedoria, cidadania, e transformação social, na busca de outros mundos possíveis. Pontos de Cultura “sem Fronteiras” são o percurso do ideário de Cultura Viva Comunitária pelo globo terrestre; Pontos de Cultura “sem Fronteiras”, uni-vos.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBALHO, A. **O Sistema Nacional de Cultura no governo Dilma: avanços e continuidades.** Revista Lusófona de Estudos Culturais/ *Lusophone Journal of Cultural Studies*. Vol. 2, n.2, pp. 188-207, 2014.

BAUER, M; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um material prático.** 9ª. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BIJOS, L. SILVA, P.A. da. **Análise da Primavera Árabe: um estudo de caso sobre a revolução jovem no Egito.** Revista CEJ, Brasília, Ano XVII, n. 59, p. 58-71, jan./abr. 2013.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro, RJ: Bertrand, 1989. pgs. 3 – 58.

Brasil Memória em Rede: um novo jeito de conhecer o país. Vários Colaboradores – São Paulo: Museu da Pessoa; Itajaí, SC: Editora Casa Aberta, 2010.

Capetillo-Ponce, J. **Exploring Gloria Anzaldúa's Methodology in Borderlands/La Frontera—The New Mestiza.** In: Journal of the Sociology of Human Knowledge. , IV, SPECIAL ISSUE, SUMMER 2006, 87-94 Disponível em: <http://www.okcir.com/Articles%20IV%20Special/JorgeCapetillo-FM.pdf>

CAILLÉ, A. **Nem Holismo nem Individualismo Metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da Dádiva.** Rev. Bras. Ci. Soc. vol. 13 n. 38 São Paulo Oct. 1998

DUSSEL, Enrique. **“Meditações Anti-Cartesianas sobre a Origem do Anti-Discurso Filosófico da Modernidade.”** In: Meneses, Maria Paula; Santos, B. S (orgs) *Epistemologias do Sul.* Coimbra: Edicoes Almedina, 2009. 1 Edicao. Pp. 283-336.

FERREIRA JUNIOR, A; FIGUEIREDO, S. L. **Notas Introdutórias para o estudo da vida associativa dos artesãos de Miríti: relatório de campo.** Papers do NAEA n. 334. Belém: NAEA/UFGA, 2014.

FILHO, E.T. **A Constituição Cultural.** In: SILVA, F.A.B. da; ABREU, L.E. (Orgs.). **As Políticas Públicas e suas narrativas: o estranho caso entre o Mais Cultura e o Sistema Nacional de Cultura.** Brasília: Ipea, 2011.

FURTADO, B.A; SAKOWSKI, P.A.M; TÓVOLI, M.H. (Eds.) **Modelagem de sistemas complexos para políticas públicas.** Brasília: Ipea, 2015.

GOLDENBERG, M. **A Arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.** Rio de Janeiro: Record, 2011.

GROSGOUEL, R. **Transmodernity, border thinking, and global coloniality.** Disponível em: <http://www.humandee.org/spip.php?article111>. *Revistas Crítica de Ciências Sociais* 80 (2008).

HAESBAERT, R. **Da Desterritorialização, à Multiterritorialidade.** Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo. p.6774 – 6792. Março. 2005.

LOUREIRO, V. R. **Elementos de uma Epistemologia para as Ciências Humanas e Sociais** (Texto Didático para o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPGCS). Belém: UFGA, 2011.

MARTINS, P.H. **A Sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação.** Revista Critica de Ciências Sociais [online], 73/ 2005. Acessado em 3/03/2015: <https://rccs.revues.org/954> .

_____. **Redes Sociais como novo marco interpretativo das mobilizações coletivas contemporâneas.** CADERNO CRH, Salvador, v. 23, n. 59, p. 401-418, Maio/Ago. 2010. Acessado em 6/04/2015: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v23n59/13.pdf>

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã** (Vol. 2). Tradução: Conceição Jardim/ Eduardo Lucio Nogueira. 2ª Ed. Lisboa: Presença/ Martins Fontes, 1978.



MIGNOLO, Walter. *“Post-Occidental Reason: The Crisis of Occidentalism and the Emergenc(y)e of Border Thinking.”* In: Local Histories/Global Designs. Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking, Princeton: Princeton University Press, 2000. Pp. 91-126.

MIRANDA, E. A; ROCHA, E.S; EGLER, T.T.C. **A Trajetória das Políticas Públicas de Cultura no Brasil.** Novos Cadernos do NAEA. v. 17 n. 1. p. 25-46. jun. 2014. Belém: NAEA/UFPA, 2014.

MORIN, E. *La epistemología de la complejidad.* Gazeta de Antropología N° 20, 2004. Acessado em 4/09/2006: http://www.ugr.es/~pwlac/G20_02Edgar_Morin.html .

NUNES, A.F. **Pontos de Cultura e os novos paradigmas das Políticas Públicas Culturais: reflexões Macro e Micro-Políticas.** Anais II Seminário Internacional de Políticas Culturais. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2011. Acessado em 2/03/2015: <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2011/11/Ariel-Nunes.pdf> .

QUIJANO, Anibal. *“Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina”.* In: La Colonialidad del Poder: eurocentrismo y ciencias sociales. Buenos Aires: Clacso. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf.

RUBIM, A. A. C. (Orgs.). **Políticas culturais no governo Lula.** Coleção CULT. Salvador: EDUFBA, 2010.

SANTINI, A. **Cultura Viva e a construção de um repertório comum para as políticas culturais na América Latina.** [on line], 2015. Acessado em 9/10/2015: <http://culturaviva.gov.br/2015/10/02/cultura-viva-e-a-construcao-de-um-repertorio-comum-para-as-politicas-culturais-na-america-latina/>

SANTOS, A. T. dos. **África e Laranjituba em experiências associativas: um estudo sobre redes em território quilombola na Amazônia Oriental.** Belém: PPGCS/UFPA, 2013. (Dissertação de Mestrado).

SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** São Paulo: Ed. Hucitec, 1996,

SILVA, F.A.B. da; ABREU, L.E. (Orgs.). **As Políticas Públicas e suas narrativas: o estranho caso entre o Mais Cultura e o Sistema Nacional de Cultura.** Brasília: Ipea, 2011.

SILVA, F. A. B. da; LABREA, V.V. (Orgs.). **Linhas Gerais de um Planejamento Participativo para o Programa Cultura Viva.** Brasília: Ipea, 2104.

SOUZA JUNIOR, J.M.R. **Quando a poesia virou política: o percurso dos Pontos de Cultura no Brasil, de programa governamental a Rede Cultura Viva.** VII Seminário Internacional de Políticas Culturais. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2016. Acessado em 8/12/2016: <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2016/06/Anais-do-VII-Semin%C3%A1rio-Int-Pol-Cult.pdf>

TURINO, C. **Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima.** 2.ed. - São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.

